

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Marcelo Camargo - Agência Brasil



Incerteza compromete intenção de consumo familiar

Intenção de Consumo das Famílias tem 6º recuo seguido

As incertezas quanto ao futuro econômico do país foram determinantes para consolidar a trajetória declinante, nos últimos seis meses, da Intenção de Consumo das Famílias (ICF), que recuou mais 1,4% em março corrente, no comparativo anual, embora o indicador ainda se mantenha acima da chamada 'zona de satisfação' (superior a 100 pontos), ao se situar no

patamar de 102,7 pontos. Nesse contexto, o estudo mostra que as famílias de menor renda são as mais afetadas, uma vez que, pela primeira vez, desde novembro do ano passado, o índice caiu para 99,8 pontos (nível de pessimismo), na faixa de renda até dez salários mínimos. Já entre as famílias que apresentam renda superior a esse limite, o recuo foi de 0,5 ponto percentual.

Efeitos adversos

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, "os resultados deixam claros os efeitos adversos que a economia brasileira vem apresentando. As famílias estão se sentindo cada vez mais cautelosas com os seus gastos e preocupadas com o futuro".

Melhor para elas

Destaque do estudo, as mulheres registraram, em março, uma expectativa de consumo 0,3% maior do que em igual mês do ano passado, ante uma queda de 4,4% dos homens, no mesmo comparativo. Já o emprego atual caiu 0,2% neste mês, após recuperação em fevereiro.

Marcelo Camargo - Agência Brasil



Tabela do IR corrigida alcançaria 30 mi de contribuintes

IR: correção da tabela incluiria 13 milhões de contribuintes

Caso houvesse uma correção integral da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), para o ano-calendário de 2025/declaração de 2026, o contingente de isentos saltaria de 17,3 milhões para 30,2 milhões de contribuintes, acréscimo de 13 milhões. A conclusão é da Unafisco Nacional, ao explicar que a proposta levaria em

conta correção de 130,68% na faixa de isenção e de 176,23% nas demais faixas de renda e deduções. Dessa forma, a faixa de intenção seria elevada de R\$ 2.259,20 para R\$ 5.211,51. O Sindifisco calcula que a defasagem acumulada na correção da tabela do IRPF somou 154% em 2024.

Queda

Por esse critério, a maior alíquota (27,5%) seria aplicada sobre rendimentos acima de R\$ 12.885,29, em lugar do patamar atual de R\$ 4.664,68. Mas essa nova regra implicaria queda de arrecadação anual, de R\$ 417,17 bi para R\$ 146,84 bi (-R\$ 270,33 bilhões), aos cofres federais.

Tarifaço

Ao admitir sua preocupação, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defendeu nesta sexta-feira (14), o diálogo, e não a retaliação como o "caminho mais seguro" ao país, diante das tarifas anunciadas pelo governo dos Estados Unidos.

Dedução

Por esse método, uma dedução por dependente aumentaria de R\$ 189,59 para R\$ 523,71, e o limite de dedução com educação saltaria de R\$ 3.561,50 para R\$ 9.837,97. Já o desconto padrão (para deduções específicas), saltaria de R\$ 16.754,34 para R\$ 46.280,68.

Serenidade

"Neste momento de crescente incerteza, a Fiesp apoia a opção federal de priorizar o diálogo e construir alternativas negociadas para essa situação, prejudicial a ambos os países", ao pedir serenidade e engajamento constantes entre os setores público e privado.

'Paraísos fiscais' passam a ser tributados no IR pelo 'Leão'

Até 30.05, investidor offshore terá de declarar renda ao Fisco nacional

O investidor que possui empresa offshore em países com tributação favorecida – os chamados "paraísos fiscais" – será tributado pela primeira vez com a declaração do Imposto de Renda (IR) deste ano, referente ao ano fiscal de 2024. Isso acontece em vista da Lei 14.754, aprovada no final de 2023, que trouxe mudanças na declaração dos rendimentos provenientes do exterior. Como a Receita Federal já informou que o prazo de entrega vai do dia 17 de março até 30 de maio, especialistas agilizam com seus clientes as conversas sobre preparação do balanço obrigatório, ajustes de estrutura diante da escolha do regime de tributação e entendimentos sobre variação cambial.

Final, o que mudou? Antes, a tributação de bens e rendas internacionais feitos por meio de empresas offshore acontecia somente se houvesse distribuição de recursos ao sócio ou se houvesse gastos pessoais dentro das contas bancárias da companhia, segundo Vagner Quito, sócio e funda-



Vermelho.org

Ainda não há estimativas sobre o montante a ser declarado por offshores

dor da 4Tax Group. Ou seja, só havia imposto se o capital da offshore fosse utilizado para fins pessoais, sendo considerado lucro distribuído e gerando imposto pelo carnê-leão com alíquotas de 7,5% a 27,5% (conforme o valor da renda total), ou pelo Ganho de Capital (15% a 22,5%). Agora, a alíquota para rendimentos finan-

ceiros é anual e fixa em 15%.

Quito, da 4Tax, diz não estar recomendando que os clientes enviem a declaração do imposto de renda logo no início do prazo, pois a Receita Federal ainda pode trazer alguma informação importante. O mais importante, agora, ele diz, é o cumprimento da Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior

(DCBE), pois quem tem mais de US\$ 1 milhão fora do País em contas bancárias, aplicações financeiras e demais ativos lá fora precisa enviá-la até às 18h de 7 de abril. Especialistas têm agilizado a preparação de um balanço com assinatura de um contador licenciado no padrão brasileiro (BR Gaap), agora obrigatório.

Receita publica cronograma para IRPJ

A Receita Federal divulgou, nessa sexta-feira (14), o cronograma de publicação dos releases com atualizações sobre o volume de Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física entregues. As informações serão divulgadas nas seguintes datas:

De 17/03 a 11/04 – às 10h e às 17h

De 14/04 a 23/05 – às 10h

De 26/05 a 30/05 – às 10h e às 17h

No dia 31/05 – à 0h

Na última quarta-feira, 12, a Receita divulgou as regras do Imposto de Renda 2025, ano-base 2024. O prazo de entrega vai do dia 17 de março até 30 de maio deste ano. A declaração pré-preenchida só vai estar disponível a partir do dia 1º de abril.

Uma das principais mudanças foi a alteração no valor de rendimentos tributáveis anuais que obrigam a entrega da declaração, de R\$ 30.639,90 para

R\$ 33.888. Esses rendimentos são recebidos de salários, aluguéis, e aposentadorias, por exemplo. A Receita também alterou o limite da receita bruta de obrigatoriedade para atividade rural de R\$ 153.999,50 para R\$ 169.440.

Balanco patrimonial – Já o balanço patrimonial deve ser entregue até o último dia útil do mês de abril de cada ano. Os prazos para entrega do balanço podem variar de acordo com a

legislação societária e a Receita Federal.

Ele deve ser fechado ao final de cada exercício social da empresa. A ECD deve ser entregue até o último dia útil de junho do ano seguinte ao calendário da escrituração. Para 2025, a previsão é que a ECD seja entregue até o último dia útil de maio. Este balanço tem duas partes (ativo e o passivo), a ser publicado antes da assembleia acionária.

Tarifaço dos EUA põe em xeque a OMC

Por Marcello Sigwalt

A balança tênue do comércio internacional pode se desequilibrar, ainda mais, sob o peso da agressiva arremetida tarifária global, capitaneada pelo irascível presidente dos EUA, Donald Trump, que decidiu 'brigar' com todos os mercados mundiais, ao mesmo tempo. Uma das sequelas mais visíveis de tal atitude é a virtual 'paralisação' da OMC (Organização Mundial do Comércio), entidade encarregada de mediar os conflitos comerciais no planeta.

Ao ressaltar que a OMC – criada em 1995, com o apoio ianque – na verdade, vem sendo 'desidratada' por Washington desde a gestão do democrata Barack Obama (2008-2016), o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Carlos



Agência de notícias da indústria

Investida 'trumpeana' coloca em xeque papel da OMC

Delorme Prado, acentua que "os EUA estiveram no centro da criação e da operação do atual sistema internacional de comércio, o que inclui a OMC. Este sistema foi criado quando os EUA tinham uma certa hegemonia econômica e essas regras do jogo, em última

instância, beneficiavam o país economicamente mais forte".

A explicação de Prado para tal distanciamento da entidade é que, no momento em que começaram a enfrentar concorrência mais acirrada, sobretudo da China, estes começaram a 'abandonar' a organização. O

déficit comercial ianque em 2024 foi de US\$ 918 bilhões (17% superior ao de 2023).

"A política industrial no governo Joe Biden [2021-2025] já era absolutamente fora das regras da OMC, em especial as medidas de proteção da indústria doméstica americana. Então, por ausência de árbitros indicados [pelos EUA] e a decisão americana de não participar da OMC, o sistema não opera", reforçou o professor da UFRJ.

Quanto ao desempenho, Prado admite que a OMC, quando se mobilizava ante alguma causa ou litígio relevante, exibiu uma eficácia 'limitada'.

Já o governo federal tem assumido uma postura cautelosa, ante ao anúncio dos EUA, de aplicar uma alíquota de 25% sobre a importação de aço e alumínio turpinquins. Saindo da penumbra da diplomacia, Brasília decidiu anunciar a intenção de recorrer à OMC para questionar as tarifas.

País exporta 3,3 mi de sacas de café

O Brasil exportou 3,274 milhões de sacas de 60 kg de café em fevereiro de 2025, registrando uma queda de 10,4% no volume em comparação ao mesmo mês de 2024

O Brasil exportou 3,274 milhões de sacas de 60 kg de café em fevereiro de 2025, registrando uma queda de 10,4% no volume em comparação ao mesmo mês de 2024. Apesar da redução, a receita das exportações atingiu um recorde para

o mês, totalizando US\$ 1,190 bilhão, um crescimento expressivo de 55,5% impulsionado pelos elevados preços internacionais do grão, segundo dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

Nos oito primeiros meses da safra 2024/25, os embarques brasileiros de café totalizaram 33,452 milhões de sacas, um aumento de 8,8% em relação ao mesmo período da safra anterior. A receita acumulada

chegou a US\$ 9,723 bilhões, registrando um avanço de 59,8%, consolidando-se como um recorde para o período.

Cenário do mercado e desafios para as exportações

O presidente do Cecafé, Márcio Ferreira, atribui o crescimento da receita aos preços elevados do café no mercado internacional. "Embora as bolsas internacionais tenham recuado das recentes máximas, as cotações médias dos últimos

meses estão significativamente acima dos valores do ano anterior, justificando o recorde em receita", explicou.

Ferreira alerta para a perda de competitividade dos cafés brasileiros em relação a outros produtores, como Vietnã e países da América Central. O café conilon e robusta do Brasil tem enfrentado desafios frente aos preços mais atrativos dos concorrentes vietnamitas na Bolsa de Londres.